



Ciências Humanas: Características Práticas, Teóricas e Subjetivas

**Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos
(Organizadores)**

Atena
Editora
Ano 2019



Ciências Humanas: Características Práticas, Teóricas e Subjetivas

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	Ciências humanas [recurso eletrônico] : características práticas, teóricas e subjetivas / Organizadores Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Ciências humanas: características práticas, teóricas e subjetivas; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-884-7 DOI 10.22533/at.ed.847192312 1. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. II. Thamires Nayara Sousa de. III. Série. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Ciências Humanas: características práticas, teóricas e subjetivas – Vol. I, coletânea de vinte e oito capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, corresponde a obra que discute temáticas que circundam a grande área das Humanidades.

As colaborações aqui congregadas abordam contribuições que dialogam com a vasta área das Humanidades. Assim, sendo, optamos por promover um recorte primeiro a partir de dois grandes eixos: o primeiro é a educação, o segundo é o exercício das práticas religiosas e sua interação sagrado e profano.

Realizada essa observação, propomos aos leitores um exercício de diálogo com os capítulos que compõem a presente obra. Temos, inicialmente, a abordagem sobre a educação na realidade mexicana. De imediato, e sequenciado, a legislação pátria para o tema da educação é recordada, bem como as políticas públicas oportunas. Em movimento sequenciado, há textos que versam sobre administração escolar, metodologias da aprendizagem, processo educativo, aprendizagem por meio de jogos didáticos, práxis docente, desenvolvimento infantil, educação ambiental, educação infantil, a inclusão de crianças indígenas em ambiente escolar não indígena, livro didático, sequência didática, formação humana, saúde e formação acadêmica, formação docente na realidade de sujeitos surdos, estágio supervisionado e o papel da monitoria.

Alcançando o segundo momento, temos a busca pelo diálogo inter-religioso, a devoção e a realidade vivenciada em São Gonçalo do Amarante, além da festa e religiosidade em Maringá.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
LA OTRA EDUCACIÓN: EDUCAÇÃO E AUTONOMIA NO TERRITÓRIO ZAPATISTA EM CHIAPAS, MÉXICO	
Aiano Bemfica Mineiro	
DOI 10.22533/at.ed.8471923121	
CAPÍTULO 2	14
REFRAÇÃO POLÍTICA, POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL: O INÍCIO DE UMA LONGA DISCUSSÃO	
Pablo Silva Machado Bispo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.8471923122	
CAPÍTULO 3	23
CONTRA-REFORMA NO ESTADO: OS DESAFIOS NA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR	
Ana Paula Oliveira Silva de Fernández	
Ana Paula Nunes	
Daniela Elis Dondossola	
Pedro Henrique Giroto Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.8471923123	
CAPÍTULO 4	32
METODOLOGIAS ATIVAS X METODOLOGIAS TRADICIONAIS: IMPORTÂNCIA NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	
Samuel Alves da Silva	
Beatriz Paiva Rocha	
Claísa Andréa Freitas Rabelo	
Ashley Brito Valentim	
Chrisley de Lima Rocha	
Mateus Barbosa Tavares	
Renata Carmo de Assis	
DOI 10.22533/at.ed.8471923124	
CAPÍTULO 5	38
MAPEANDO OS FATORES MOTIVACIONAIS QUE INFLUENCIAM NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM: CINCO CATEGORIAS PARA REFLETIR SOBRE O PROCESSO EDUCATIVO	
Ivana Caldeira Siqueira	
Rafael Montoito Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.8471923125	
CAPÍTULO 6	60
AValiação DA MOTIVAÇÃO PARA APRENDIZAGEM ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE JOGOS DIDÁTICOS NO SMARTPHONE PARA O ENSINO DE QUÍMICA NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Janine Heckler da Cunha	
Fernando Junges	
DOI 10.22533/at.ed.8471923126	

CAPÍTULO 7	69
ALIENAÇÃO E A PRÁXIS DOCENTE: ANÁLISES A PARTIR DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
Thayná Costa Marques	
DOI 10.22533/at.ed.8471923127	
CAPÍTULO 8	75
DESENVOLVIMENTO INFANTIL, PSICOMOTRICIDADE E ASPECTOS PSICOSSOCIAIS NA ESCOLA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Silvia Helena de Amorim Martins	
Ana Luísa Leite Lima	
Francisca Bertilia Chaves Costa	
Sabrina Serra Matos	
Luiza Valeska de Mesquita Martins	
Ana Maria Fontenelle Catrib	
DOI 10.22533/at.ed.8471923128	
CAPÍTULO 9	83
EDUCAÇÃO AMBIENTAL: OFICINA DE REGADORES RECICLÁVEIS COM ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Karine Kévine da Rocha Sousa	
Cláudia Jane Pinto Gomes	
Robson Rabelo Rangel	
Karyna Régia Teles Alves	
DOI 10.22533/at.ed.8471923129	
CAPÍTULO 10	88
A PSICOMOTRICIDADE COMO UMA AÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Benjamim Machado de Oliveira Neto	
DOI 10.22533/at.ed.84719231210	
CAPÍTULO 11	96
EXPERIÊNCIA COM ARTE: APRENDIZAGEM DIALÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Andréia Oliveira Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.84719231211	
CAPÍTULO 12	109
A INSERÇÃO DE CRIANÇAS INDÍGENAS EM UM CONTEXTO ESCOLAR NÃO INDÍGENA	
Clotildes Martins Moraes	
Antonio Dari Ramos	
Maristela Aquino Insfram	
Cajetano Vera	
Obonyo Meireles Guerra	
DOI 10.22533/at.ed.84719231212	

CAPÍTULO 13 120

UM RETRATO DO INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA NOÇÃO DE 'ESTRUTURA DE SENTIMENTO' DE RAYMOND WILLIAMS

Nádia Narcisa de Brito Santos
Isáide Bandeira da Silva
José Petrucio de Farias Júnior

DOI 10.22533/at.ed.84719231213

CAPÍTULO 14 133

SEQUÊNCIA DIDÁTICA SOBRE A ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL PARA AS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Simone Vilhalva Dering
Maikel da Silva Ferreira Luiz
Antonio Sales

DOI 10.22533/at.ed.84719231214

CAPÍTULO 15 150

A FORMAÇÃO HUMANA E PROFISSIONAL: UM OLHAR A PARTIR DE FOUCAULT SOBRE AS UNIVERSIDADES CORPORATIVAS DO SÉCULO XXI

Luiz Alberto Borcsik
Carlos Roberto da Silveira

DOI 10.22533/at.ed.84719231215

CAPÍTULO 16 163

BASES FILOSÓFICAS DAS PSICOLOGIAS HUMANISTAS, FENOMENOLÓGICAS E EXISTENCIALISTAS: A IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DE PSICOTERAPEUTAS INICIANTES

Milena Pinheiro Duarte
Mayara Rocha Coelho
Layza Castelo Branco Mendes

DOI 10.22533/at.ed.84719231216

CAPÍTULO 17 175

FORMAÇÃO ACADÊMICA E SAÚDE MENTAL: PANORAMA DOS DISCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Milena Pinheiro Duarte
Layza Castelo Branco Mendes

DOI 10.22533/at.ed.84719231217

CAPÍTULO 18 185

O SENTIDO DE VIDA E A EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE DE PACIENTES ONCOLÓGICOS

Noely Cibeli dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.84719231218

CAPÍTULO 19 194

FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: REFLEXÕES INICIAIS

Claudeth da Silva Lemos

Daniele Cariolano da Silva
Francisco Tiago Ribeiro Silva
Maria Wesla Nogueira da Silva
Suziane Cristina da Silva Ferreira
Venícius de Sousa Lima

DOI 10.22533/at.ed.84719231219

CAPÍTULO 20 200

EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: PERCEPÇÕES E REFLEXÕES DISCENTES

Claudeth da Silva Lemos
Daniele Cariolano da Silva
Francisco Tiago Ribeiro Silva
Maria Wesla Nogueira da Silva
Suziane Cristina da Silva Ferreira
Venícius de Sousa Lima

DOI 10.22533/at.ed.84719231220

CAPÍTULO 21 205

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO

André Leandro dos Santos Pereira
Michelline da Silva Nogueira
Maria socorro Lucena Lima

DOI 10.22533/at.ed.84719231221

CAPÍTULO 22 215

MONITORIA EM DIDÁTICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA FORMAÇÃO DOCENTE

Eliane Rodrigues Martins
Maria Evilene da Silva
Geandra Claudia Silva Santos

DOI 10.22533/at.ed.84719231222

CAPÍTULO 23 224

A EXPERIÊNCIA DA MONITORIA COMO ESPAÇO FORMATIVO

Laíssa Mulato Moreira Lima
Tânia Maria de Sousa França

DOI 10.22533/at.ed.84719231223

CAPÍTULO 24 230

OS MISSIONEIROS: ARTE, PATRIMÔNIO E (RE)CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE REGIONAL

Rodrigo Miguel de Souza

DOI 10.22533/at.ed.84719231224

CAPÍTULO 25 243

O RITO *REAHU* (FESTA) DO POVO CUJO TERRA NÃO RECEBE SEUS MORTOS; RECINTO DE DIALOGO INTER-RELIGIOSO

Mary Agnes Njeri Mwangi

DOI 10.22533/at.ed.84719231225

CAPÍTULO 26	251
O SAGRADO E O PROFANO NA DEVOÇÃO E DANÇA A SÃO GONÇALO DE AMARANTE	
Joana Paula Silva Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.84719231226	
CAPÍTULO 27	265
FESTA E RELIGIOSIDADE: REFLEXÕES ACERCA DO HALLEL (MARINGÁ-PR, 1995-2018)	
Mariane Rosa Emerenciano da Silva Vanda Fortuna Serafim	
DOI 10.22533/at.ed.84719231227	
CAPÍTULO 28	278
GESTÃO DA UNIDADE DE INFORMAÇÃO: PROCESSOS DE OBRA PARTICULARES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO ALENTEJO	
Paulo Batista	
DOI 10.22533/at.ed.84719231228	
SOBRE OS ORGANIZADORES	288
ÍNDICE REMISSIVO	289

CONTRA-REFORMA NO ESTADO: OS DESAFIOS NA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Ana Paula Oliveira Silva de Fernández

UNIOESTE

Foz do Iguaçu – Paraná

Ana Paula Nunes

UNIOESTE

Toledo – Paraná

Daniela Elis Dondossola

UNIOESTE

Toledo – Paraná

Pedro Henrique Giroto Ribeiro

UNIOESTE

Toledo – Paraná

ADMINISTRATION

ABSTRACT: This paper proposes to resume the debate on the State's counter-reform in the context of societal transformations, placing the discussion before the political economy and the State contextualization. In view of the proposals and ongoing projects that are configured to minimize the role of the state, reflections on the challenges in school administration were developed in a critical-dialectical reference from a democratic perspective.

KEYWORDS: political economy; counter-reform of the state; school administration.

RESUMO: O presente artigo se propõe a retomar o debate sobre a contra-reforma do Estado no contexto das transformações societárias, situando a discussão diante da economia política e contextualização do Estado. Tendo em vista as propostas e os projetos em curso que se configuram pela minimização do papel do Estado, foram desenvolvidas reflexões a respeito dos desafios na administração escolar numa referência crítico-dialética de perspectiva democrática.

PALAVRAS-CHAVE: economia política; contra-reforma do Estado; administração escolar.

COUNTER-REFORM OF THE STATE: CHALLENGES IN SCHOOL

1 | INTRODUÇÃO

Este é tempo partido,
Tempo de homens partidos. (...)
Os lírios não nascem da lei.
Meu nome é tumulto, e escreve-se na
pedra (...).

Carlos Drummond de Andrade – Nosso Tempo

O desenvolvimento social e histórico da educação está inscrito nos processos constituintes das relações sociais no modo de produção capitalista. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, estabelece a educação como direito social, instituindo-a enquanto política pública de responsabilidade do Estado e da família (artigo 205).

Diante das atuais transformações societárias é necessário investigar a educação em suas contradições e como necessidade objetiva do capital diante do desenvolvimento das forças produtivas, situando o debate na reorganização do processo produtivo do capitalismo periférico e na conjuntura econômica atual, problematizando as novas configurações do campo da educação e os desafios que se apresentam neste contexto.

Neste sentido o objetivo deste artigo é ampliar os horizontes do debate em defesa de uma educação pública e incorporar novos conteúdos aos desafios e novas configurações do campo da educação. Para tanto, realizou-se reflexões a respeito da administração escolar diante das transformações societárias e das reformas no âmbito do Estado. Na construção de referenciais teóricos foram utilizadas produções marxistas e marxianas fundamentais para apreender a realidade.

Compreendemos que a realidade não se apresenta aos homens à primeira vista, mas sim como um objeto que precisa ser analisado e compreendido. Desta forma, objetivamos desvendar as determinações, conexões e contradições do objeto estudado, do fenômeno, e do contexto no qual este está inserido, ou seja, usufruindo da perspectiva de totalidade de Marx, ao realizar a percepção da realidade social como um todo orgânico. Nos termos de Kosik (1989),

Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída – se são entendidos como partes estruturais do todo. (KOSÍK, 1989, p. 36).

Entretanto, é de suma importância ressaltar que este movimento é aproximativo, visto que a realidade se processa dinamicamente de maneira complexa e é sempre mais rica do que a capacidade de apreendê-la, pois o sujeito e os instrumentos utilizados para o conhecimento são limitados historicamente. Portanto não se tem a ambição de esgotar aqui o tema.

Para este movimento dialético de análise e síntese do objeto a ser estudado, organizamos o artigo em três partes. A primeira destina-se a problematizar e contextualizar o debate da Economia Política e o Estado. Em seguida realizaremos apontamentos e reflexões sobre contra-reforma do Estado no Brasil, culminando na terceira seção sobre os desafios na administração escolar.

2 | ECONOMIA POLÍTICA E O ESTADO EM QUESTÃO

Nos termos de Antunes & Pinto (2017), a economia política é

a ciência nova de que Marx foi o maior construtor. Porque a economia política é a negação da economia isolada como dominante ou da política também isolada como prevalente. Porque elas são inter-relacionais. São determinantes e determinadas (ANTUNES & PINTO, 2017, p. 11).

Conforme afirmam Netto e Braz (2007) é através da crítica da Economia Política clássica realizada por Marx, que é possível compreender e analisar o movimento do capital, problematizando a estrutura e a dinâmica econômica da sociedade burguesa. Neste sentido, a economia política vincula-se ao modo de produção e as relações sociais que se estabelecem na produção e reprodução da subsistência do homem na sociedade. A produção, conforme Marx (2001) em *Contribuição à crítica da economia política*, é a apropriação da natureza pelo indivíduo na sociedade e cria dialeticamente um objeto para o sujeito e um sujeito para o objeto. Em *O Capital*, Marx(2013) situa o trabalho como a mediação entre a natureza e o homem, ou seja, condição de existência da vida humana.

Neste sentido, conforme Marx(2005) debate em a *Crítica à filosofia do direito de Hegel*, a totalidade não deve se resumir como fez *Hegel* em sociedade civil e sim na totalidade das relações de produção, na economia política da sociedade. Desta forma, o Estado é a expressão das relações sociais de produção e não da universalidade. Na sociedade capitalista, o Estado é estruturado pela relação de exploração presente na sociedade, representa a dominação de classe para garantir a manutenção e reprodução das relações sociais capitalistas. Nas palavras de Marx e Engels (1998) “um comitê executivo para administrar os negócios coletivos da classe burguesa” (MARX, 1998, p. 7).

É preciso ressaltar que ao criticar a universalidade do Estado presente em Hegel, Marx não elimina essa dimensão mas aponta as limitações diante da estrutura da sociedade capitalista. O autor interpreta o caráter universal do Estado como aparência, pois em uma sociedade de classes não existe interesse geral porque os interesses estão vinculados às estruturas de classe, para manutenção da ordem capitalista.

Portanto a finalidade a que se destina a literatura burguesa ao estudar sobre a administração pública é melhorar o funcionamento do Estado vinculado aos fins capitalista. Assim sendo, o enfoque marxista precisa ser no sentido de transformar o estudo da administração pública numa prática de luta. É preciso ter em mente que as reformas administrativas são respostas às transformações societárias, as lutas de classes e que portanto devem ser compreendidas neste contexto, pois as técnicas e aparelhos administrativos não são neutros, portanto possuem caráter político e perspectiva na luta de classes.

Para compreender as reformas administrativas é importante debruçar sobre o contexto das lutas e do capitalismo. As reformas administrativas surgiram, utilizando-

se de maior racionalidade e uniformidade na administração estatal, para garantir a reprodução da ordem capitalista no interior do Estado (HOLLOWAY, 1982, p. 54). Nesta direção deve-se analisar no contexto histórico mais geral o desenvolvimento das formas administrativas, da acumulação do capital e das lutas de classe para compreender o papel das metamorfoses das formas administrativas.

Com o aumento da atividade estatal, as crises do capital se expressam como crise da administração do Estado. Surge então a ideia de reformar o Estado para solucionar o cenário de crise. Portanto é importante relacionar a reforma administrativa com o movimento do capital como um todo e com o curso da luta de classes (HOLLOWAY, 1982, p. 60).

A maioria das reformas administrativas nas últimas décadas estão vinculadas ao controle do gasto do Estado, no sentido de como aumentar o controle do capital sobre o processo de produção. Conforme Netto e Braz (2007, p. 218), “todas as transformações implementadas pelo capital têm como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho.” Em vista disso, na próxima seção refletiremos sobre a contra-reforma no Estado Brasileiro.

3 | A CONTRA-REFORMA NO ESTADO BRASILEIRO

A reforma do Estado não é um fenômeno isolado, são processos que decorrem de mudanças nas relações internacionais, no comércio mundial e na organização das forças políticas entre os países. Portanto devem ser compreendidos no contexto das transformações mais profundas no mundo do capital, partícipe do processo de organização de um novo padrão de produção capitalista a partir dos anos 70. É fundamental identificar, como enfatiza Behring (2003), qual a composição da base com relação socioeconômico e político, nos processos de reforma do Estado.

Passadas as três décadas, chamadas gloriosas (de ouro), o Estado capitalista nos anos 70 enfrenta uma crise econômica mundial. O argumento posto é o de que o Estado foi afetado por uma grave crise fiscal. Ademais não havia se inserido na era da globalização e apresentava certa “ingovernabilidade”. Argumentava-se que era necessário aumentar a eficiência do Estado devido à imposição do processo de globalização, que acirrou a competição entre os países.

Nessa perspectiva, nos anos 80 se estabeleceu uma fase de reorganização do sistema econômico e político mundial a fim de efetuar essas reformas. As recomendações do consenso de Washington foram orientadoras das reformas.

Na reunião realizada em Washington, o economista John Williamson fez uma síntese delas apresentando um receituário de 10 medidas: o ajuste estrutural do déficit público, a redução do tamanho do Estado, a privatização das estatais, a abertura ao

comércio internacional, o fim das restrições ao capital externo, a abertura financeira às instituições internacionais, a desregulamentação da economia, a reestruturação do sistema previdenciário, o investimento em infra-estrutura básica e fiscalização dos gastos públicos (PAULA, 2007, p. 113).

A década de 80 é marcada pela Reestruturação Produtiva e pela Mundialização do capital. Esses processos são tidos como as bases da contra-reforma do Estado capitalista. Estabeleceu-se um novo padrão de relação entre o Estado e sociedade, um novo modelo de produção (Ohismo/ Toyotismo), uma produção e consumo em massa. Ademais fenômenos como a revolução microeletrônica, a terceirização, heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. Sendo assim a reestruturação do mercado de trabalho, com regimes e contratos mais flexíveis, redução do emprego regular e favorecimento do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

Segundo Behring (2003) as pressões desencadeadas nos anos 80 e 90 é resultado da reação burguesa à crise de 1970. É na passagem dos anos 80 para 90 que as políticas neoliberais são utilizadas como forma de inserção dos países na dinâmica do capitalismo contemporâneo, de reestruturação e mundialização do capital, caracterizados pela atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade.

Como vimos anteriormente, o processo de reforma administrativa do Estado, ou no dizer de Behring (2003), o processo de contra-reforma do Estado Brasileiro, apresentou-se como um amplo processo de retrocesso às conquistas alcançadas com as lutas que deram forma a Constituição Federal de 1988.

Atualmente diante da crise econômica e política que vivenciamos, o processo de reprodução social tenciona para a manutenção das taxas de acumulação do capital e portanto para contra-reformas e desmonte dos serviços públicos, tendo como norte a enxugamento da máquina estatal e a privatização para manutenção dos grandes monopólios. Podemos observar que neste cenário as políticas sociais são como onerosas para o capital e para tanto devem ser realizadas pelo mercado.

O discurso de contenção de gastos nas áreas sociais ganham força tendo como justificativa a necessidade de estabilizar a economia e o reequilíbrio das contas públicas diante da crise fiscal estatal. Neste sentido, o desemprego, a precarização e flexibilização das relações de trabalho e dos direitos, tensionam para a redução de políticas públicas em ações pontuais, focalizadas e apenas compensatórias. Diante do exposto, refletiremos sobre os desafios que estas contra-reformas impõem a Administração Escolar.

4 | DESAFIOS NA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

De acordo com Vitor Henrique Paro, o conceito de administração em geral

seria “utilização racional de recursos para realização de fins determinados”(PARO, 2006, p. 18). Neste sentido a administração é a organização de recursos para atingir determinada finalidade e esta finalidade que determina os recursos e a racionalidade, sendo a razão que faz a mediação entre os fins e os meios.

Segundo Paro (2006) a utilização racional dos meios apresenta duas dimensões: a adequação dos recursos aos fins e o emprego econômico dos recursos, ou seja consumir o menor tempo possível e dispêndio mínimo de recursos para atingir determinados fins, pressupondo uma análise meramente instrumental.

Contudo Paro (2006) não se limita a uma análise instrumental. Quando trabalha a razão incorpora a questão da emancipação. Portanto a razão não se limita a utilização de recursos mas também racionalidade dos fins. Os fins devem estar vinculados a orientação emancipatória enquanto os recursos ao crivo da racionalidade instrumental.

Neste sentido ao analisar a administração pública é fundamental situar que o caráter de dominação não é próprio da administração e sim das relações na sociedade. Além disso, como destaca Paro (2006), a administração não pode ser compreendida como algo de valor universal.

Desta forma é importante conhecer a administração de modo geral e não especificamente de um modo de produção. De acordo com a concepção de Paro (2006), é necessário evitar a visão tecnicista e policista na administração e sim vinculá-las a dimensão ético-político e técnico operativo. Desta forma, ao apreender a administração como utilização racional de recursos para atingir determinados fins, percebemos a potencialidade de atuar na gestão do Estado, com elementos que venham a fortalecer o processo de democratização.

Nessa perspectiva, diante dos desafios em curso, é necessário um processo político onde se destacam a utilização racional de recursos na perspectiva da universalização de direitos, um Estado forte na área social e uma burocracia estruturada. Estes elementos são fundamentais para uma atuação na gestão que proporcione o fortalecimento da democratização.

Mas como fazê-lo na área da educação tendo em vista as contra-reformas de desmonte do aparato estatal e a vinculação da “escola” aos interesses empresariais e de mercado?

Nos termos de Paro (2016), é necessário a adequação dos meios aos fins. Ou seja, utilizar os procedimentos e recursos adequados para alcançar a realização histórico-humana da educação, enquanto direito de todos os indivíduos e viabilizadora de sua condição de seres humanos.

É preciso preliminarmente desmistificar a falácia presente no discurso de educadores e políticos governistas de que já temos escola para todos (ou para quase todos), faltando apenas buscar qualidade. Como se a quantidade pudesse

Além disso, Paro (2016, p. 132) destaca que é fundamental negar “as tendências de transposição para a escola de procedimentos administrativos (busca racional de fins) vigentes em ambientes onde vigora a dominação”, como a aplicação da lógica empresarial capitalista na escola pública. A educação está vinculada aos valores universais e busca a liberdade, objetivos antagônicos aos da empresa capitalista.

Ainda, conforme Paro (2001, p. 25),

É preciso que se coloque no centro das discussões (e das práticas) a função educativa global da escola. Assim, se entendemos que a educação é atualização histórico-cultural dos indivíduos e se estamos comprometidos com a superação do Estado geral de injustiça social que, em lugar do bem viver, reserva para maioria o trabalho alienado, então é preciso que nossa escola concorra para a formação de cidadãos atualizados, capazes de participar politicamente, usufruindo daquilo que o homem histórico produziu, mas ao mesmo tempo dando sua contribuição criadora e transformando a sociedade. Só assim a escola estará participando de forma efetiva como elemento da necessária “reforma intelectual e moral”, de que nos fala Gramsci.

Portanto o papel da educação é essencial nas transformações das condições objetivas de reprodução e para construção de uma ordem social emancipadora. De acordo com Mészáros (2005, p. 76), “a transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo (...)”. Conforme Antunes & Pinto (2017, p. 109), outra educação contrária a escola do capital é constituída pela “individualidade omnilateral e não unilateral, livre e não instrumental, emancipada e não alienada”.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para se pensar a consolidação da administração escolar de forma democrática como espaço social de universalização de direitos, faz-se necessário considerar a primazia do Estado pela condução das políticas públicas e a participação da sociedade civil nos processos de definição e controle da dimensão pública.

O desafio que se coloca, é a existência da esfera pública com a criação de espaços nos quais os sujeitos sociais tenham representatividade social e possam disputar lugares de reconhecimento político. Ademais de viabilizar a construção de esferas públicas democráticas, nas quais a sociedade civil organizada possa exercer o controle social, intervir e inserir suas demandas.

De acordo com Raichelis (2006), para melhor compreensão do significado da esfera pública, cabe aqui citar as categorias que orientam sua análise, quais sejam a visibilidade social, expressa como as ações governamentais e dos diferentes atores sociais que devem manifestar-se com transparência; o controle social, que

se efetiva através da participação da sociedade civil organizada na formulação e na revisão das regras que conduzem as negociações e os interesses, além da fiscalização das decisões; a representação de interesses coletivos, pela constituição de sujeitos políticos ativos, que se apresentam na cena pública, exercendo o papel de mediadores.

Portanto há que se fortalecer os espaços ampliados de participação social, em todos os níveis de atuação, sob formas de organização, representação e funcionamento que assegurem a sua democratização e uma sólida repartição de poder nas ações decisórias. Efetivar a reconstrução do Estado de forma que ele seja posto como eixo estruturante do processo democratizador, que tenha por norte o social e o público.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. & PINTO, G. A. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez, 2017.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 64 de 04 de fevereiro de 2010. Brasília: Senado Federal, 2013.

CÂMARA DA REFORMA DO Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: 1995.

HOLLOWAY, J. **Fundamentos teóricos para una crítica marxista de la administración pública**. México: Instituto Nacional de Administración Pública, 1982.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MONTAÑO, C. & DURIGUERTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. & BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULA, A. P. P. **Por uma nova gestão pública**: Limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PARO, V. H. **Administração Escolar**: introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Escritos sobre Educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

_____. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Cortez, 2016.

RAICHELIS, R. **Democratizar a Gestão das Políticas Sociais** – Um desafio a ser enfrentado pela Sociedade Civil. In: MOTA, M.E. (et al) Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Cortez, 2006. p. 73-87.

SOUZA, S. A. de. **Educação, trabalho voluntário e responsabilidade social da empresa**: "amigos da escola" e outras formas de participação. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA FILHO, R. **Apontamentos sobre o materialismo dialético**. Libertas, v. 2, n.2, jul/dez//2002-v.3, n.1 e n.2, jan/dez/2003. Juiz de Fora: UFJF/FSS, 2003, P.115/130.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Organizador de obras coletivas pela Atena Editora. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos - Mestra em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Licenciada em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2018). Bacharela em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2016). É Professora de Literatura no Ensino Fundamental do Colégio Externato Santa Dorotéia, João Pessoa. Advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direitos humanos, direitos sociais, direitos das minorias), Literatura (literatura e sociedade, literatura e cultura, literatura e história, estudos pós-coloniais, guerra de independência, literatura portuguesa, literaturas africanas de língua portuguesa), Linguística (ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Vinculada a grupo de pesquisa devidamente cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: orcid.org/0000-0003-1179-999X. E-mail: <thamiresvasconcelos.adv@gmail.com>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Autonomia 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 48, 49, 53, 55, 58, 63, 73, 85, 96, 98, 107, 115, 140, 148, 182, 183, 204, 220, 221, 226, 229

Avaliação 9, 34, 35, 36, 49, 50, 55, 60, 64, 82, 83, 86, 98, 116, 117, 125, 131, 176, 183, 213, 216, 220, 221, 226, 247, 282, 287

C

Ciências humanas 1, 22, 58, 74, 109, 162, 168, 244, 250, 276

E

Educação 1, 2, 3, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 106, 107, 108, 109, 110, 114, 115, 119, 120, 122, 124, 125, 126, 131, 133, 136, 137, 139, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 161, 162, 177, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 210, 211, 213, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 229, 251, 288

Educação ambiental 83, 84, 87

Educação bilíngue 194, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204

Educação infantil 75, 77, 78, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 107, 108, 119, 220

Educação profissional 69, 72, 73, 154

Ensino fundamental 60, 63, 75, 77, 78, 109, 111, 112, 133, 134, 135, 142, 149, 207, 220, 288

Estado 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 42, 44, 70, 71, 75, 106, 124, 126, 130, 131, 143, 146, 176, 181, 198, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 243, 244, 254, 267, 276, 288

Estágio supervisionado 83, 84, 205, 206, 207, 208, 212, 213, 214

F

Formação 9, 15, 18, 29, 31, 41, 42, 43, 57, 62, 69, 77, 81, 82, 83, 84, 87, 97, 98, 107, 108, 114, 122, 123, 129, 130, 135, 136, 137, 143, 148, 150, 151, 152, 153, 156, 159, 160, 163, 164, 166, 171, 173, 174, 175, 176, 180, 182, 189, 190, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 241, 250, 251, 253, 260, 262, 270, 288

Formação docente 69, 83, 194, 196, 197, 198, 201, 202, 203, 204, 206, 213, 215, 218, 223, 224

I

Identidade regional 230, 231, 241, 242

Indígena 4, 5, 6, 7, 11, 12, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 259

J

Jogos 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 92, 94, 112

L

Legislação 14, 17, 115, 194, 197, 279

Livro didático 116, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 135

M

Metodologias 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 69, 112, 116, 117, 118, 136, 140, 216, 287

Monitoria 33, 34, 36, 37, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229

P

Políticas públicas 12, 14, 15, 27, 29, 78, 147, 196, 288

Prática 4, 7, 8, 17, 18, 25, 35, 60, 70, 75, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 98, 107, 114, 115, 134, 139, 140, 144, 149, 152, 155, 156, 157, 158, 163, 165, 168, 169, 171, 177, 179, 197, 198, 200, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 242, 259, 262, 271, 288

Processo ensino-aprendizagem 32, 218

Profano 251, 255, 257, 261, 262, 263, 275, 276

R

Religião 113, 249, 264, 266, 270, 271, 276, 277, 288

Religiosidade 265, 266, 268, 271, 276

Rito 243, 244, 245, 246, 247, 249, 261, 275

S

Sagrado 245, 249, 251, 255, 257, 261, 262, 273, 274, 275, 276

Sequência 45, 99, 100, 128, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 145, 149

Subjetividade 82, 165, 168, 182

Surdos 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 269

T

Teoria 16, 21, 39, 41, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 60, 71, 72, 81, 82, 85, 88, 93, 96, 149, 150, 152, 155, 162, 165, 169, 171, 198, 205, 207, 208, 209, 211, 213, 214, 216, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 229, 288

U

Universidade 7, 12, 13, 14, 22, 31, 32, 34, 36, 37, 58, 60, 69, 72, 75, 83, 95, 109, 117, 119, 120, 126, 131, 133, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 162, 163, 172, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 194, 200, 205, 207, 208, 215, 216, 224, 228, 230, 242, 250, 251, 264, 265, 276, 277, 278, 288

